
078ª SESSÃO ORDINÁRIA 22AGO2016

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Desiste. O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa) Desiste. Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de discussão de Pauta. Após retornamos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Cumprimento todos os Vereadores e Vereadoras, Presidente Villela; vamos dar início ao debate de vários projetos de lei. E me chama atenção aqui novamente o Projeto de Lei Complementar do Executivo que altera limites das Macrozonas, Subunidades, Unidade e institui Área Especial de Interesse Social II – AEIS II –, definindo o regime urbanístico.

Esse tema do Plano Diretor é um tema que volta à nossa Casa em vários momentos, e eu quero sobre esse tema tratar, porque temos encontrado, nas nossas caminhadas de Vereadores e Vereadoras, uma grande demanda pela regularização fundiária e pela moradia popular. Estivemos na semana passada, a Ver.^a Jussara, a Ver.^a Fernanda e esta Vereadora, numa mediação no Fórum, buscando alternativas para a ocupação Lanceiros Negros, insistindo com as autoridades que não é possível que o Estado, não

querendo utilizar o prédio de sua propriedade, que está vazio há mais de dez anos, não tendo projeto, não tendo recursos para utilização, queira o despejo imediato daquelas famílias sem construir alternativas de moradia. Insistimos dizendo que o tema da moradia popular, infelizmente, enquanto não houver uma política pública consistente, conhecida e transparente na nossa Cidade, vai gerar ocupações, para que a atenção sobre o uso da terra se resolva e empurre a criação de políticas públicas. Nós estamos aguardando uma reunião na Cauge, prometida pelo Prefeito e pelo Vice-Prefeito, para tratar da regularização fundiária das comunidades do morro Santa Teresa. O morro Santa Teresa tem uma caminhada muito importante, já conseguimos, inclusive, que a CEEE entrasse em todas aquelas comunidades. Hoje estão com iluminação pública, com luz regular, e nos falta – o Ver. Mauro Zacher sabe que a SMOV instalou a iluminação pública após a colocação que a CEEE fez de postes, de projeto específico para a Vila Gaúcha – o próximo passo, que é a regularização fundiária. As famílias não querem mais ficar ao sabor das mudanças de governo, e o Município tem tudo a ver com a regularização fundiária. Aquelas comunidades – a Gaúcha, a Ecológica, a União de Vilas, a Mitra – já são comunidades com áreas marcadas de AElS, como essas novas que chegam aqui. Elas já são comunidades congeladas, não têm ampliação. O Município precisa ser pró-ativo na construção da regularização fundiária, na realização dos projetos urbanísticos, porque isso o Município tem condições de fazer, condição de contratar e, em parceria com o Estado, evoluir.

No caso do morro Santa Teresa, para nós é muito importante essa regularização fundiária, porque, a partir dela, podemos resolver o problema do esgoto sanitário, que ainda é sério lá, e da água. Eu quero encaminhar formalmente desta tribuna o pedido de que o projeto do consumo adequado do DMAE, do antigo programa Água Certa, inclua a Vila Gaúcha na sequência da colocação da água. Essa vila está estruturada há mais de 60 anos no morro Santa Teresa, já está com a sua energia elétrica regular, e o Município está procurando comunidades, porque tem um projeto aberto, o projeto Consumo Responsável. Para nossa alegria, o Morro da Polícia entrou nas dez comunidades desse momento, e agora é a vez do Morro Santa Teresa e da Vila Gaúcha, porque, pasmem, senhores, toda luta para a regularização fundiária, todo esforço do Morro Santa Teresa com relação à legislação ainda não chegou com a vitória da água, de ter uma água limpa, uma água corrente, permanente e não intermitente, como ainda a Vila Gaúcha não tem. O

DMAE já fez uma visita à Vila Gaúcha, e agora nós queremos uma resposta positiva: que a Vila Gaúcha será contemplada com o projeto para o consumo adequado. É assim que o Município vai dando conta da necessidade básica das famílias. É uma questão de dignidade humana, de justiça social.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Apregoo comunicado da Ver.^a Fernanda Melchionna, que informa seu retorno ao exercício da vereança a contar desta data.

A Sra. Fernanda Melchionna: Minha assessoria acaba de receber, no gabinete, uma comissão de trabalhadores que foram demitidos da empresa Tradição, uma das terceirizadas da Câmara de Vereadores. Até o presente momento, não receberam seus direitos trabalhistas, embora tenham sido demitidos, necessitando receber os valores. Já faz um mês, e esses trabalhadores ainda não receberam. Estou protocolando oficialmente à Câmara, à Mesa e aos Diretores, para que esta Casa veja se não pagou a empresa, ou se é a empresa que não está cumprindo as suas obrigações com esses trabalhadores. É inadmissível trabalhadores e trabalhadoras não receberem seus direitos trabalhistas. Nós, da Bancada do PSOL, estamos nos colocando à disposição desses trabalhadores e, ao mesmo tempo, fazendo este registro para o senhor, que está presidindo os trabalhos, e que, ao mesmo tempo, tem a responsabilidade, neste momento, de gerenciar a Casa. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Ver.^a Fernanda Melchionna, esse assunto será dirigido diretamente ao Diretor-Geral da Casa.

A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadora; eu venho a esta tribuna em nome do PCdoB falar sobre as Olimpíadas. Acho que este é um momento importante para a Nação brasileira: o significado, antes de mais nada, dos seus construtores – o Presidente Lula, que garantiu a vinda das Olimpíadas para o Brasil neste ano; e a Presidenta legítima, Dilma, que deu consequência ao que nós vimos de beleza e

de organização. Quero destacar o papel do Ministro Orlando Silva, do PCdoB, que foi decisivo nesse processo. Isso ao contrário de um Governo interino e ilegítimo, que não teve sequer a coragem de encarar o povo e fez uma vergonhosa desfeita internacional a um país, o Japão, que sediará as Olimpíadas de 2020, quando, com a luta do povo brasileiro, teremos varrido, com eleições limpas e democráticas, os atuais golpistas.

Havia uma crise de pessimismo contra as Olimpíadas, aliás, acho que a mesma crise de pessimismo econômico que gerou a crise no Brasil e que gerou um golpe, antagonizando com a capacidade do povo brasileiro de se superar num momento em que estão em jogo a democracia e o Estado Democrático de Direito, em que está em jogo o direito conquistado ao longo de um processo histórico. As Olimpíadas mostraram a coragem e a capacidade do povo brasileiro.

Dilma, nesta semana, no dia 25, vai enfrentar os algozes pela segunda vez, ao contrário do fujão, o Presidente ilegítimo e interino, ela tem coragem, a mesma coragem do povo brasileiro e dos nossos atletas. Até porque quem vai a um julgamento sem crime cometido, julgamento feito por golpistas e corruptos, não tem nada a temer. Está certa a Dilma. Ela vai com a coragem que sempre teve, sem temer absolutamente nada. Estou ligando isso à Olimpíada, porque a Olimpíada foi construída pelo Governo de Lula e pelo Governo de Dilma. Foi a Olimpíada da diversidade, isso é maravilhoso num país como o nosso. A Olimpíada da diversidade, a cara do Brasil, onde a nossa maior riqueza é justamente a diversidade humana, a diversidade cultural e esportiva. E assim nós recebemos todos os atletas do mundo numa Olimpíada, reafirmo, construída pelos governos democráticos e populares de Lula e Dilma.

Teve muitas mulheres nesta Olimpíada, de todos os países! Teve todas as raças, todas as etnias que nos conformam e que conformam as nações do mundo. Os negros e as negras arrasaram, tanto do Brasil quanto de outros países. Teve LGBTs, teve trans, teve refugiados, que foram recebidos pela política de direitos humanos de Lula e Dilma, com a boa maneira que um povo, uma nação deve receber aqueles que buscam oportunidades, e que lá estavam concorrendo também pela nossa Nação. Teve burca e biquíni. Eu fiquei, sempre Vereadora Maristela Maffei, encantada de ver! As mulheres do vôlei de biquíni e de burca, as de burca trazendo a cultura de sua pátria, que nós temos que respeitar. Teve cultura, teve quase a totalidade das medalhas resultante dos programas de incentivo ao esporte do Governo Lula, do Governo Dilma, com a melhor colocação que o Brasil já teve

em todas as Olimpíadas de que participou. Aliás, teve coisas muito lindas, teve amor e até pedido de casamento. Teve o povo brasileiro, principalmente o carioca, apesar da censura e da repressão, gritando em unidade: “Fora, Temer!” Um Brasil assim, que já derrotou ditaduras e golpes, será novamente o protagonista da retomada da legitimidade da nossa construção, esteio da democracia, esteio do Estado Democrático de Direito. Que a alegria das Olimpíadas seja também o esteio, a resistência democrática do povo brasileiro para garantir a nossa democracia, para enfrentar esse golpe que está levando a Nação brasileira à bancarrota sob todos os aspectos, para retomar a democracia e a soberania nacional, a alegria e os direitos que foram, ao fim e ao cabo, os grandes construtores e incentivadores dessas Olimpíadas. Elas mostraram o significado de um povo, o significado de governos democráticos e populares que construíram políticas públicas para garantir o sucesso não somente para nós, mas para o mundo inteiro, pelo que significa o esporte na cultura das nações. Obrigada, Sr. Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Guilherme Socias Villela; meus prezados colegas; Ver.^a Jussara Cony, eu peço a V. Exa. que possa me auxiliar, e peço também compreensão, se a minha ignorância for tão grande a ponto de não despertar interesse em V. Exa. em me ajudar. Eu quero lhe dizer o seguinte: ultimamente, não tenho comentado muito a respeito das questões de partido, porque corrupto nós temos em todos os partidos. Eu fico preocupado quando alguém diz que, no seu, não tem. Quero perguntar a V. Exa., que é comunista e fala constantemente em democracia, onde, no nosso planeta, há um país governado por comunista em que se pratique a democracia diariamente. Eu tenho dificuldade, sinceramente. Eu não vou me ofender se me disserem, não tem problema algum. É ignorância de minha parte. Eu não conheço nenhum país governado por comunista que tenha democracia.

Eu tenho a impressão de que nós precisamos louvar o povo brasileiro, especialmente os cariocas, por ter nos proporcionado este belo evento das Olimpíadas. Não há dúvidas! Agora, isso é um trabalho do povo brasileiro. Com todos os defeitos, com todos os nossos

problemas, neste País é permitida a participação de todas as classes sociais, de todos os sexos. Eu duvido que, em certos países, se as Olimpíadas fossem lá, por exemplo, com o Sr. Maduro, ou lá na Coreia do Norte, se esse povo todo que esteve aqui poderia – imagino eu que seria muito difícil – ter a mesma liberdade. A minha fala, Vereadora, é mais no sentido de fazer essa provocação. Eu não consigo, eu tenho dificuldade: comunismo com democracia... Eu tenho certeza de que V. Exa., pela nossa amizade e por tudo, vai me auxiliar. Eu preciso aprender. Tenho certeza de que esse evento aconteceu aqui no Brasil porque o Brasil é, realmente, um país democrático, quer queira ou não. Temos as nossas roubalheiras todas? Claro que temos, mas não dá para dizer que não é um país democrático. Eu tenho dificuldade de entender governo comunista praticando democracia.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores e Vereadoras, este Parlamento justamente serve para fazer debates e apresentar os contraditórios. O Ver. Bernardino tenta forçar a barra numa discussão entre filosofia e posturas autoritárias de governantes específicos. Só tem uma democracia; se vai ser aplicado o capitalismo, o socialismo, ou o comunismo, é outra história. Ver. Bernardino, a extrema direita normalmente governa através de ditaduras, como foi aqui no período de 1964. Nem por isso deixaram de dizer – e a imprensa vendia muito isso – que era democracia também. Continuaremos fazendo esse debate, mas eu não quero deixar passar, em nome do Partido dos Trabalhadores, em meu nome, em nome da Ver.^a Sofia Cavedon e do Ver. Marcelo Sgarbossa, o que está presente em nossas mentes: o encerramento das Olimpíadas ontem. O encerramento das Olimpíadas, ontem, se deu com a afirmação da cultura brasileira. A diversidade lá se apresentou através de seus povos, da sua música, da sua cultura, da sua expressão corporal, da sua mística cultural. Nós precisamos, Ver.^a Jussara Cony, lembrar e afirmar que essas Olimpíadas ocorreram no Brasil, porque teve um projeto político. Quem não lembra quando o Presidente Lula foi à Genebra fazer a disputa das Olimpíadas junto com um conjunto de embaixadores brasileiros e lá estavam

o Guga e o Pelé? Foi uma conquista, teve um projeto político que foi disputado mundialmente e venceu.

Portanto, prezado Presidente, se tem uma primeira pessoa que tem que ser lembrada em relação às Olimpíadas é o ex-Presidente Lula, que deixou um legado para a Nação brasileira durante o seu Governo. Toda a realização que aconteceu ali não foi programada nesses cem dias de golpe, foi programada ao longo dos últimos quatro ou cinco anos, com a organização do Governo da Presidente Dilma Rousseff, o que deixou o Brasil mostrar ao mundo que nós temos condições de organizar um programa mundial como as Olimpíadas.

O Rio de Janeiro está tendo um metrô, o Rio de Janeiro está tendo veículo leve sobre trilhos, o Rio de Janeiro está tendo um verdadeiro BRT, diferente do que foi anunciado aos quatro ventos em Porto Alegre e que, há poucos dias, o Prefeito Fortunati foi à imprensa dizer que não sairá mais. Não é BRT, foi uma enganação do Governo Fortunati/Melo à população de Porto Alegre. Só que o dinheiro nós aprovamos aqui. Eu gostaria muito de que a base e o Líder do Governo viessem aqui e pudessem explicar para nós para onde foi o dinheiro do BRT e por que o BRT não será mais BRT. O legado lá do Rio de Janeiro ficou, e isso é o que importa num evento de caráter mundial, como foram as Olimpíadas.

Não poderia deixar de registrar, Ver. Bernardino, que a maioria dos medalhistas que ali estão – o Brasil ficou em 13º lugar na lista mundial dos países, é a melhor colocação na sua história – é fruto de um programa social implantado no Governo do Presidente Lula e no Governo da Presidente Dilma, que é um apoio aos esportistas, o Bolsa-Atleta. Saíram da favela, saíram do anonimato pessoas que não eram lembradas, não eram conhecidas, que foram lá e ganharam medalhas de ouro, de prata e de bronze. Isso é o que vale. Quando se tem um programa de resgate da sociedade, um programa para trabalhar as diferenças sociais, um programa que valoriza as pessoas, isso se reflete perante o mundo.

Então, em nome do nosso partido, colegas Vereadores e Vereadoras, quero dizer que há duas pessoas responsáveis pelo sucesso das Olimpíadas: o ex-Presidente Lula, com todos os aliados que estavam ali no momento, e a Presidente Dilma, que estruturou todo esse processo para ali estar e mostrar ao mundo que o Brasil é o Brasil, e é uma potência cultural na sua diversidade.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Engº Comassetto prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, para discutir a Pauta.

O SR. ENGº COMASSETTO: Quero continuar, no meu tempo de Pauta, já com a sua anuência, e quero falar do projeto do Executivo que aqui está, mais um projeto que propõe gravar uma Área Especial de Interesse Social no Campo Novo. Eu quero dizer que sou a favor do projeto, porque sempre defendi que projetos de interesse social têm que ser prioridade nesta Casa, para que nós possamos propiciar que moradias dignas sejam construídas para toda a população de Porto Alegre.

Porto Alegre, hoje, tem 70 mil famílias que não têm onde morar, 70 mil famílias que recebem até R\$ 1.800,00. Porto Alegre tem 70 comunidades que estão com reintegração de posse marcada pela Justiça, a maioria delas com a desocupação apoiada e conduzida pela Prefeitura. Porto Alegre tem 750 vilas irregulares. Onde essas pessoas vão morar? Aí o Governo encaminha um projeto que trata de uma única comunidade. São 70 unidades habitacionais, e é lá na Jorge Pereira Nunes, no Campo Novo.

Eu quero dizer que lá tem uma entidade, uma cooperativa habitacional que já está com a área comprada, já está com o projeto tramitando na Caadhap para 680 unidades habitacionais, que, creio, poderia ser incorporado neste projeto. Eu quero sugerir ao Líder do Governo, o Ver. Kevin Krieger, licenciado, mas no posto ainda, que possamos negociar com o Governo, para que essas comunidades e cooperativas que são lá do Campo Novo, da Jorge Pereira Nunes, possam ser incluídas nesse projeto que dá entrada hoje, está em Pauta, portanto, tem tempo para que nós possamos debater.

Também quero dizer que o Governo está devendo para esta Casa um estudo que ficou de fazer das áreas ocupadas de Porto Alegre, das Áreas Especiais de Interesse Social. Está devendo, e vem mais um processo eleitoral. Já estão dizendo que ninguém será despejado, mas nós sabemos que, passando as eleições, os despejos campearão frouxo na cidade de Porto Alegre, porque, se em 12 anos não se teve condições de ter uma proposta, um projeto de reassentar essas famílias, não vai ser agora em três, quatro meses, ou nesses 40 dias que faltam até as eleições, que vai ser revertido esse processo. Tivemos oportunidade aqui nesta Casa e não votamos os projetos para regularizar essas comunidades.

Porto Alegre tem hoje, volto a dizer, 70 comunidades com pedido de reintegração. Isso significa 25 mil famílias que não têm onde morar. Porto Alegre tem 70 mil famílias que não têm casa. Portanto, com relação a esse projeto que vem do Executivo que propõe gravar uma Área Especial para 70 famílias, nós temos que transformar isso para 70 mil famílias, não somente para 70 famílias. É esse o debate que precisamos ter. Esse projeto do Governo é bem-vindo, mas ele é totalmente insuficiente dentro da demanda habitacional. Precisa ser feita reforma urbana, regularização fundiária. Quero dizer que, se nós regularizarmos as vilas, é a economia das comunidades que gera, é a construção civil que gera, é o reassentamento que gera, são as famílias que, tendo onde morar, se alocam naquelas comunidades e fortalecem a economia local.

Concluo a minha fala em Pauta dizendo que tem o nosso apoio, mas gostaria de dialogar com a base do Governo e com o Governo no sentido de incluirmos outras áreas para se tornarem Áreas Especiais de Interesse Social. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver. Engº Comassetto.

A Sra. Jussara Cony: Obrigada, Sr. Presidente. Pelo respeito que tenho pelo Ver. Bernardino, comunico que só poderei lhe responder de tribuna na próxima quarta-feira, na medida em que não sou mais Líder de oposição e já usei o meu tempo de liderança. Aí nós vamos conversar sobre regime, forma de governo, sistema, para que a gente possa clarear algumas coisas. Mas já tranquilizo o senhor: comunista não come criancinhas, as fazem muito bem-feitas, eu sou um exemplo disso.

O Sr. Engº Comassetto: Sr. Presidente, a Ver.^a Jussara Cony nos consultou da possibilidade de falar em nome da oposição. Temos um acordo para que isso aconteça na liderança de oposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, eu venho a esta tribuna agradecendo ao Ver. Bernardino por me oportunizar conversar, por me oportunizar responder ao Vereador, quando ele pergunta como os comunistas defendem a democracia. Vamos começar assim: fiz uma sistematização aqui que eu acho que é boa para a compreensão de todos nós. Faço isso pelo respeito que tenho pelo Ver. Bernardino e por todos os meus e minhas colegas. Primeiro, nós temos o regime, nós temos formas de governo e nós temos sistemas. O regime é democrático, o regime é a democracia.

(Aparte antirregimental.)

A SRA. JUSSARA CONY: Um momento, Vereador, use a tribuna no seu tempo. A forma de governo é a república, no caso, até é a República Federativa do Brasil. O ex-Governador Serra, nesses dias, num programa de TV, falou Estados Unidos do Brasil, e o repórter o corrigiu: nós não somos mais Estados Unidos do Brasil. O sistema que nós temos, eleito pelo povo, é o presidencialismo. Sistema político é outra coisa, Vereador. Sistema político, e não sistema de governo. Quais são os sistemas políticos que existem? O capitalismo, o socialismo...

(Aparte antirregimental.)

A SRA. JUSSARA CONY: Sistema político, e não sistema de governo! V. Exa. depois use. Sistema político, tem o capitalismo, tem o socialismo, político e econômico, se V. Exa. quiser, mas é político, é de natureza política. Não vamos aqui tergiversar, é de natureza política. Capitalista, socialista ou, lá adiante, comunista. Essa é a razão pela qual uma comunista ou um comunista existe na democracia. É isso que eu quero trazer aqui. Por que nós defendemos a democracia? Porque é só numa democracia que nós podemos existir. O antagonismo à democracia, Vereador, é o autoritarismo, que vem por golpe, que vem por Governos que não têm voto. É por isso que, dentro dos 94 anos do nosso partido, nós não tivemos sequer quatro décadas, menos até, três décadas de existência democrática. Nós só existimos, nos 94 anos, quando existiu a democracia. O autoritarismo é exatamente aquilo que nos tirou da perspectiva anos e anos. O

autoritarismo de décadas anteriores, o autoritarismo do golpe militar. E nós não temos ilusão não, não temos ilusão! Se continuar o que nós estamos vendo hoje no nosso País sob o ponto de vista econômico, político, antidemocrático, repressivo, nós não temos ilusão de que a tentativa é, sim, de exterminar a democracia e, junto com ela, a existência de um partido comunista na Nação brasileira.

Vereador, eu venho da ilegalidade, eu sou filha e neta de comunistas, eu vivi a minha infância e a minha juventude na ilegalidade, na perseguição do meu pai operário, do meu avô. Eu venho do movimento pela legalidade ao lado de Leonel Brizola, eu lutei contra a ditadura militar, para que a gente tivesse democracia. Por meu partido estar fora do processo democrático, eu lutei dentro do MDB - Movimento Democrático Brasileiro, que se contrapunha à ARENA, onde encontrei companheiros de muitas lutas como, por exemplo, Raul Pont, que lá estava, o Mário Madureira, a Alícia Peres. Poderia trazer aqui uma infinidade de homens e mulheres que lutaram para garantir, um dia, a democracia. É por isso que nós, mesmo defendendo um sistema diferente do capitalismo – e defendemos, nós defendemos o socialismo, que é uma etapa anterior ao comunismo –, mesmo assim, nós defendemos com unhas e dentes, com o nosso corpo, com a nossa vida, chamando a unidade do povo brasileiro, nós defendemos a democracia. Nós defendemos o regime democrático, porque é só no regime democrático que V. Exa. pode chegar aqui e me questionar, e eu posso chegar aqui e lhe responder com sinceridade, com conhecimento adquirido, com a história do meu partido. Posso responder com a lembrança de um homem que, para mim, foi um grande mentor e viveu, foi uma grande referência e viveu a maior parte do seu tempo na clandestinidade, que é João Amazonas. É com uma frase dele que eu termino, porque este é o momento de dizer isto: unidade do povo, amplitude das forças políticas, bandeira da liberdade, bandeira da democracia, bandeira para a gente construir, cada vez mais, uma Nação democrática, soberana, livre de todas as formas de opressão. É por isso, Vereador, que eu lhe agradeço pelo seu questionamento e agradeço a Bancada do PT, os companheiros do PT. Eu me lembro do Adeli jovem, chegamos a morar juntos numa república, todos, num momento em que eu tive meu quinto filho, companheiro de lutas, todos morávamos numa república, não tenho vergonha de dizer! Quem não tinha condições, mulheres, homens, eu estava casada com o pai do meu filho. Quantas vezes – não é, Adeli? – à beira de um fogão, altas horas da noite, a gente cozinhava e depois saía para fazer pichação! É disso que se trata! Eu não

tenho vergonha de dizer essas coisas, porque convivi com homens e mulheres de muita dignidade, homens e mulheres como Dilma Rousseff!

Finalizo dizendo que, no dia 25, ela vai estar frente aos algozes não só dela, mas da democracia, esta democracia que eu defendo, porque o meu partido muito contribuiu e muito tem a contribuir com a Nação brasileira. Obrigada, Ver. Bernardino, muito obrigada. (Não revisado pela oradora.)

O Sr. Bernardino Vendruscolo: Presidente, vou pedir a sua compreensão, vou usar o mesmo tempo que a Vereadora usou. Gostaria de cumprimentá-la, porque vejo que a senhora está muita atualizada com Montesquieu. Agora, o que eu questioneei é em que lugar do planeta tem um país governado pelo sistema comunista que prega a democracia veementemente como a senhora. Só isso, eu não quero outra informação!

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente Villela, Ver. Paulo Brum, boa tarde a todos os Vereadores e a todos que nos assistem; hoje é um dia que eu subo a esta tribuna com muita alegria por causa das Olimpíadas no nosso País. Poucos acreditavam que, na cidade do Rio de Janeiro, seriam feitas Olimpíadas, como dizer, nota quase cem, porque nunca existe a perfeição total. Eu quero cumprimentar todos os voluntários e todos os que organizaram esse grande espetáculo do esporte, ali nós vimos o que o esporte faz. Eu fico contente, porque toda vez eu venho aqui falar na bandeira da educação e do esporte, que é o caminho para qualquer país no mundo; educação, respeito, companheirismo foram mostrados nas Olimpíadas. Quero cumprimentar também todos aqueles que não ganharam medalha, mas que lutaram por ela, que tinham o sonho de uma medalha. Parabéns pela luta, porque, se a gente for ver bem, lá no final, disseram que o Brasil era o 13º medalhista. Eu fiquei contente, foram 19 medalhas – jamais o Brasil conquistou isso. Nós temos também que ver o reverso da medalha, o outro lado, porque muitos que conquistaram medalha ali não tiveram apoio, assim como têm na Alemanha, nos Estados Unidos, na França, na Itália, na Rússia. A guria que ganhou a medalha de ouro veio da Cidade de Deus; o canoieiro, da Bahia, com muita ajuda dos

amigos. Esse povo mostra que é um povo de luta e de briga. Esse povo, esses jovens mostraram o caminho. Espero que o País acredite um pouquinho nos nossos baixinhos que estão vindo aí, que podem ser os grandes medalhistas nas próximas olimpíadas. Que este País venha a ser tudo aquilo que todos nós esperamos, com grandes ganhadores de medalha. E não é só a medalha, mas a maneira que foram ganhas essas medalhas. A gente viu, no basquete, choro, dor, pois a conquista é só assim, com luta, com dor e com persistência. Será que o “filho seu não foge à luta”? E não fugiu. Este é o Brasil, é o Brasil que me orgulha. O esporte é o que me orgulha e que me trouxe até aqui, esse é o esporte pelo qual eu luto quando venho a esta tribuna, luto pela educação e pelo esporte, porque eu não vejo outra saída. A educação e o esporte são a linha de respeito, companheirismo e fraternidade. O *show* que foi feito no Rio de Janeiro, Ver. Cláudio Janta, mostrou para nós, mostrou para o mundo o nosso País, o Brasil. Esse é o caminho, só resta saber se o Brasil quer seguir esse caminho. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver. Tarciso Flecha Negra. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, entrou em pauta um projeto que, aparentemente, é um projeto singelo; mas nós, que lidamos com tantos abandonos de animais, com tantos animais resgatados por particulares ou pelo próprio Poder Público – que, hoje, deve ter em torno de 300 animais, com despesas diárias, com assistência, com veterinários disponíveis –, definimos esse projeto como uma responsabilidade de quem adota, de quem vai lá no Poder Público e adota um animal e, depois, despacha na primeira praça ou na rua porque não se adaptou. Então é um termo de responsabilidade que é usado há muito tempo por nós. Nós o aperfeiçoamos, com a parte jurídica, para que nós possamos responsabilizar quando uma pessoa que resgata abandona o animal para outros cuidarem, ou para provocar acidentes, ou para se tornar bravo e promover mordeduras. O termo, hoje, é usado informalmente, mas, como nós temos uma lei resultante da consolidação de todas as leis que tratam sobre animais desde 1938, que é a Lei Complementar nº 694 – eu fiz parte desse grupo em 2012, junto com a Procuradoria desta Casa, com a Procuradoria do

Município e com as Secretarias envolvidas –, essa lacuna ficou sem preenchimento, porque nós não poderíamos acrescentar legislação numa consolidação. Então, hoje, nós apresentamos esse projeto visando minimizar os abandonos. Também, a medida em que se faz um termo de responsabilidade, vamos identificar o animal, sim. A microchipagem é um processo econômico. Foi implantado em 2006, 2007 pelo veterinário San Giovanni, no canil municipal; conforme os animais circulam por lá, eles devem sair microchipados, sabendo a quem pertencem e para aonde foram. Com isso, economizamos recursos em um processo que não tem volta. Cada vez mais, animais nascem, mais problemas na periferia e em bairros, onde aparecem muitos animais que causam transtornos, porque nem sempre podemos resgatá-los para serem cuidados.

O que pudermos legalizar dentro de uma avaliação, e que seja benéfico ao município e a nós que ajudamos essa causa, nós vamos fazer. O projeto já recebeu parecer favorável, e fico muito satisfeita por ele tramitar, pois muitos não recebem parecer favorável. Hoje temos 3.100 animais com risco à saúde humana, registrados no 156. Temos 3 mil solicitações de recolhimento de animais; temos 2,2 mil animais bravios sem tutores; 2,1 mil animais atropelados – estão todos registrados com dados no 156. Então não estamos tratando apenas de um projetinho, estamos tratando de saúde pública. A questão dos animais nos comove muito.

Aproveito também para registrar a bela apresentação nas Olimpíadas. Felizmente, foi um projeto continuado, o Governo do Rio de Janeiro continuou com o projeto apresentando para o mundo como exemplo de um país, o que gostaríamos que fosse todos os dias. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Ver. Guilherme Socias Villela): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e a todas. Primeiro, eu quero parabenizar a Ver.^a Lourdes pelo seu projeto. Acho que a Vereadora segue na linha da defesa animal, desde antes de entrar aqui, e seguirá, provavelmente, num segundo mandato. Então isso mostra uma coerência e uma defesa dos direitos dos animais, não momentânea, não casual, mas como bandeira política, e isso é importante neste

momento em que as bandeiras se diluem. É importante ter uma identidade política e uma causa, para muitos que acham que é uma causa só dos animais, ainda não perceberam que se trata do conteúdo humano. Geralmente a gente costuma dizer que, onde tem violência aos animais, tem violência também entre as pessoas.

Temos diversos projetos na pauta, mas eu quero fazer o relato que recebi de uma situação que nos preocupa, e acredito que o Secretário Municipal de Esportes esteja tomando providências, porque um grupo, o RS Paradesporto, recebeu um ofício da direção do Ginásio Tesourinha alertando que, se nos seus treinos noturnos não tiver, pelo menos, oito atletas, as luzes do Tesourinha serão apagadas. Ver. Bosco, eu tenho aqui cópia do ofício da direção do Ginásio Tesourinha para a Guarda Municipal, dizendo que, se, pelo menos, não houver oito atletas cadeirantes que treinam ali Tesourinha, duas vezes por semana, às 20h30min... O senhor conseguiu isso, tem a sua intermediação, então o senhor deve estar mais atento aqui, porque eles receberam o ofício – posso lhe mostrar a cópia aqui – em que foram ameaçados, eu diria assim; talvez a palavra não seja tão forte assim, mas o fato é que foram advertidos que, se não tiverem oito atletas para treinar, as luzes serão apagadas, e, portanto, não haverá treino naquela noite. Assina Antonio Augusto Silva da Fontoura, da Direção do Ginásio Tesourinha. Então, a gente quer fazer aqui essa lembrança, e eu acho que, se tiver dois atletas ali, tem que se permitir o treino. Aliás, a Prefeitura deve fazer justamente o contrário: deve incentivar que mais atletas com deficiência ocupem o Tesourinha e não colocar um limite condicionando o apagar das luzes caso não seja atingido. Imaginem, chegam sete atletas, não completou os oito, o servidor vai lá, desliga as luzes e não tem treino. Quer dizer, há toda uma dificuldade de locomoção para ir até o Tesourinha, e, simplesmente, desligam as luzes. A política deve ser justamente o contrário: por que não conseguiram juntar oito?

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Geralmente são dez, quinze, o Ver. Bosco está colocando. Nós estamos alertando para que haja uma sensibilidade por parte da Secretaria Municipal de Esportes. A gente sabe, foge ao controle, não estou aqui imputando diretamente ao Sebastião Melo, ao Prefeito Fortunati, ao Secretário de Esportes. Às vezes, é uma medida administrativa que revela uma limitação enorme de

direitos, como no caso desse grupo do RS Paradesporto. Está no Facebook, quem quiser entrar no Facebook do RS Paradesporto, Luiz Portinho, é atuante, ele é cadeirante...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Conhece o Ver. Bosco, que já está, neste momento, pegando o celular e ligando, provavelmente, para o Secretário Municipal de Esportes, e já estão tomando providências. Não se concretizou ainda?

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Está resolvido, não é?

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Mas o ofício está aqui, assinado pela direção do Tesourinha, o gerente do Tesourinha. Já quero agradecer essa intervenção. Se há dificuldade em conseguir reunir, no mínimo, oito atletas... Primeiro, que se tire essa condição de mínimo. Acho que tendo um, dois ou três que precisam usar o Tesourinha naquela noite, já faz sentido manter as luzes acesas. Obrigado, Ver. Bosco. Com certeza, esta notícia será bem recebida. A gente está aqui para vigiar os direitos, em especial, o direito das pessoas que mais precisam, as pessoas com deficiência. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Ver. Guilherme Socias Villela; Ver. Paulo Brum, Srs. Vereadores; eu queria, em primeiro lugar, registrar que a Sinagoga Israelita Brasileira de Beneficência, a Sibra, está comemorando nos próximos dias os seus 70 anos de existência, Presidente. Na sexta-feira, haverá uma cerimônia religiosa, o Shabat, alusivo ao transcurso desse aniversário. Queria, aqui da tribuna da Câmara, fazer um

registro a toda a comunidade judaica porto-alegrense, mas, mais especialmente, ao associados da Sibra pelo transcurso desses 70 anos e por todo o trabalho, e muito especialmente ainda ao Rabino Ghershon, que é quem lidera aqui em Porto Alegre o esforço do diálogo interreligioso, que nós aqui, Câmara de Vereadores, já concedemos, inclusive, o Troféu da Câmara Municipal a mais alta distinção que se pode conceder, exatamente pelo esforço do Rabino juntamente com a Igreja Católica, com os movimentos das religiões Afro, com o Espiritismo, com o Budismo, com o Islamismo, enfim, com todas as vertentes religiosas, e promover esse diálogo interreligioso que é tão importante. Então, a Sibra está de aniversário e tenho certeza que aqui também falo em nome de V. Exas. a respeito disso.

Da mesma forma, Sr. Presidente, está fazendo aniversário a Hora Israelita, que é um programa que vai ao ar todos os domingos pela manhã na Rádio Bandeirantes. Também são 60 anos de existência da Hora Israelita, e nós vamos fazer aqui, na próxima segunda-feira, dia 29, o período de Comunicações exatamente dedicado a assinalar o aniversário do programa Hora Israelita, na Rádio Bandeirantes, que também presta um serviço da mais alta importância, um serviço de utilidade pública e que tenho certeza que é uma homenagem que toda a Câmara de Vereadores, na pessoa de cada um dos Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, dos 36 Vereadores, faz. Queria deixar esses dois registros aqui de cumprimentos, tanto à Sinagoga Sibra quanto ao programa Hora Israelita, portanto a toda comunidade judaica de Porto Alegre.

Sr. Presidente, quero ainda falar, no período de Pauta, desse evento que está proposto pelo Ver. Márcio Bins Ely; quero referir e elogiar esse PLL nº 179/16, que inclui a Mostra de Miniaturas e Modelismo em Porto Alegre. Parece uma coisa pequena, mas realmente não é. Ontem, naquele dia de chuva, estamos nesse início de campanha, o material não está pronto ainda, eu tinha a tarde mais ou menos livre e acabei indo a Novo Hamburgo para ver...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Aproveitei, mas acontece que tinham votos lá também, Ver. Bosco Vaz! Tem uma feira lá em Novo Hamburgo, e quero aproveitar para falar nisso, Bosco, tu que és o cara do esporte, que isso é importantíssimo para nós, e nós

Vereadores temos que caminhar para isto: o Centro de Convenções de Porto Alegre. Faz anos, nós tínhamos aquele recurso lá do Ministério das Cidades e do Turismo, depois ficou nessa de “onde é o lugar”, Tarciso, “é aqui, é lá...” Eram R\$ 60 milhões que estavam garantidos; a informação que eu tenho é que esse dinheiro permanece garantido, e nós não conseguimos avançar nesse negócio, Ver. Dinho, que é fundamental.

Ontem eu fui à Fenac, em Novo Hamburgo, porque lá é o único espaço que comporta feiras dessa natureza, e lá tinha a feira de carros clássicos, um negócio que vale muito a pena ir, porque movimenta cadeias econômicas que às vezes a gente não se apercebe. Eu sou motociclista, tem uma cadeia econômica enorme na questão das motos, há uma cultura envolvida com isso. A questão dos carros antigos, o Adeli Sell, uma época, fazia o encontro do Veteran Car aqui na Câmara de Vereadores. Há toda uma cadeia produtiva também que envolve restauro de carros, artesãos, uma série de profissionais. A partir daí, coisas para decoração de casa, desde tonéis antigos que são reciclados, passando por quadros, peças usadas... Tinha um mercado de pulgas lá enorme, no centro de exposições de Novo Hamburgo, que poderia ser em Porto Alegre.

Nós temos um Centro de exposições em Porto Alegre, da FIERGS, do qual inclusive eu participei da sua construção, porque trabalhava na FIERGS naquele período. Lá tem 24 mil metros quadrados, se nós computarmos o Teatro do SESI e o centro de exposições da FIERGS, e ele ficou pequeno. Ali ocorreu a Transposul, que é uma feira de transporte; mas a feira de materiais de construção, por exemplo, já não comporta mais ser aqui, o pessoal teve que ir para Novo Hamburgo, para a Fenac.

Quando eu vejo que o Ver. Márcio está propondo essa questão do aeromodelismo, eu vejo que isso se inclui nessas questões outras todas: do motociclismo, do automóvel antigo, do aeromodelismo, do artesanato e de tantas e tantas cadeias produtivas que vão gerando renda, que vão movimentando a economia, que atraem o turismo... O que tinha de gente lá em Novo Hamburgo ontem! Muitas pessoas saídas de Porto Alegre, porque aqui não fazem, exatamente porque nos faltam estruturas como essa. Então, Porto Alegre, que já é a líder brasileira no mercado de turismo, no *share*, na fatia de turismo de negócios, se ressentida dessa questão do centro de exposições.

Nós estamos caminhando, e tem duas ou três alternativas: uma é ali na frente do Grêmio; outra é entre o aeroporto e a linha do Trensurb, ali na parte que hoje é da sucessão da rede ferroviária federal, da massa dos trabalhadores da rede ferroviária, e nós devemos

caminhar no sentido de, nos próximos quatro anos, fazer um esforço aqui na Câmara também, para viabilizar um centro de convenções para Porto Alegre que comporte todas essas feiras, eventos, gerando emprego temporário, permanentes, enfim, um grande setor da nossa economia, que pode ser muito mais estimulado na medida em que todos nós caminharmos neste sentido; um equipamento como o de um centro de convenções na Cidade que finalmente seja erguido e que esteja à disposição para exposições, assembleias, palestras, tudo o que um equipamento desta natureza pode e deve trazer para a nossa Cidade. Acredito que isso deva ser uma luta de nós todos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Muito obrigado, Ver. Valter Nagelstein. Conforme acordo com as Lideranças, suspendo os trabalhos para Reunião da Comissão Conjunta das Comissões.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h27min.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): (15h43min) Estão reaberto os trabalhos. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje nós recebemos aqui, nesta Casa, o relatório dos aplicativos. Pedimos vista a esse relatório, e devemos, amanhã, entregá-lo ao seu relator, mas com a convicção de que deva conter as exigências do Conselho Nacional de Trânsito. Várias vezes, defensores do clamor popular vieram a esta tribuna dizer que esta Casa tem que ter urgência de aprovar esse projeto, com intuito de atender esse clamor popular, nós não devemos rasgar a Lei Maior. A Lei Maior diz que somente poderá fazer o transporte individual de passageiros carros com placa vermelha. A Lei Maior diz que somente poderá fazer o transporte individual de passageiros motoristas que detenham a carteira profissional. A cidade de Porto Alegre já decidiu que quer o controle de quem faz o seu transporte, seja do seu pai, de sua mãe, de seu filho. Então, nós precisamos saber onde está esse carro, quem o está dirigindo. A cidade de Porto Alegre tem tantos clamores, então, além dos aplicativos, eu espero que

os colegas, depois, votem os projetos que eu protocolei nesta Casa. Um deles proíbe a EPTC de fazer as fiscalizações que faz sem avisar, proíbe a EPTC de usar o artifício de se esconder atrás de árvores, dentro de vans, na calada da noite – protocolei um projeto proibindo isso; outro, tirando todos os pardais de Porto Alegre, trocando-os por lombadas eletrônicas; outro, liberando bebidas alcoólicas nos estádios de futebol; noutro, a EPTC terá que avisar a população de Porto Alegre quando fizer suas *blitze* arrecadatórias – todos, clamores populares.

Nós protocolamos, aqui nesta Casa, sete projetos de clamores populares, espero que esta Casa apoie os setes projetos. Nós estamos aprovando o dos aplicativos, desconsiderando 11 mil trabalhadores de táxi em Porto Alegre que diariamente vêm a esta Casa mostrar o quanto os seus salários estão diminuindo. Espero que os colegas aprovem uma emenda que diga que somente desempregados poderão trabalhar nesses aplicativos, que isso não vire bico; que a pessoa fique lá trabalhando e depois, de noite, saia para fazer bico, que seja realmente para a geração de emprego, para que, daqui a um ano, um ano e meio, não ocorra como na Índia, que esse aplicativo disse que geraria 70 mil empregos e demitiu 8 mil trabalhadores de *tuk-tuk*, os táxis lá da Índia, acabou sendo proibido de atuar lá. Então, eu espero que, no clamor popular, esta Casa vote com muita responsabilidade na geração de emprego e renda, vote com muita responsabilidade pelos desempregados, porque tem uma emenda que nós apresentamos nesse projeto, solicitada pelos trabalhadores de aplicativos e que, no momento da votação, vão estar nas galerias desta Casa defendendo a sua emenda, que é a geração de emprego e renda. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Meu caro Presidente Villela, colegas Vereadoras e Vereadores, vamos continuar o debate sobre o transporte pessoal de passageiros, transporte coletivo, problema da mobilidade urbana em Porto Alegre.

Em primeiro lugar, o que interessa e o que é o clamor da população é ônibus na hora, ônibus que não seja atropelado, lotado e atrasado. Não bastasse virem lotados e atrasados, eles vêm imundos! O que está acontecendo com a Carris? Nem o *e-mail* da Carris funciona; volta tudo! Naquele geral `carris@carris` voltam os *e-mails*. Então, a base do Governo avise aos dirigentes da Carris que nem *e-mail* recebem, volta.

Sobre o T7, eu recebo, por semana, não um *e-mail* com críticas diárias, mas algumas dezenas de críticas, especialmente sobre o T7, e agora estão voltando os problemas com o T5. O que eram exemplos de transporte coletivo de passageiros estão virando um caos. É inadmissível que o povo de Porto Alegre seja tratado com desdém pela Associação de Transportadores de Passageiros – ATP: “Vinde a mim, ao meu bolso, ao meu caixa, ao meu cofre, à minha conta bancária, e o povo que se rale”. E a EPTC, que não fiscaliza. A EPTC tem fiscais, agentes de trânsito; não tem mais agentes de fiscalização de transporte coletivo. Estamos ao deus-dará. Cada um faz o que quer. Os ônibus, quando vêm, da Linha São José, vêm em três, um atrás do outro. “Ah, mas tem problemas no percurso!”. Mentira! Eles saem juntos do bairro, e é aquela esculhambação. Na Restinga, nem vou falar, porque pobre do povo da Restinga Velha! Pobre do povo que mora na Capitão Pedroso! Não tem ônibus nunca! Nunca! Sábado, um sujeito ficou esperando 54 minutos no Terminal da Azenha para pegar o Glória/Restinga. Eu vou repetir: no sábado, no final da tarde, às 17h, ele ficou 54 minutos esperando pelo ônibus. Por que nós não conseguimos mudar a lei do lotação? Nós vamos mudar, eu aviso que vai mudar. Um estudo está sendo feito com clareza, com cuidados, mas monopólio de duas ou três grandes empresas no lotação, que dominam, porque não pode ter mais lotação, isso vai acabar, e pela mobilização das pessoas. E aqui nós sabemos, com pressão, arrumamos solução. E vamos pressionar. Por que nós não podemos ter um lotação transversal? Explico: há ruas, ruelas em Porto Alegre em que não entram ônibus. Se eu pegasse um lotação da Tristeza e desembocasse no terminal, passando por ruas onde não passa nem T, nem outro ônibus, seria uma maravilha. Por que não querem? Porque não conhecem Porto Alegre, porque não sabem o que é o povo, têm um desdém pela Cidade. Agora, a conta bancária, eu tenho certeza de que eles olham todos os dias. Não tem conciliação

com as empresas de transporte coletivo de Porto Alegre, nem de lotação. Não tem papo! Sempre fui um sujeito que dialoguei, eu cansei! Como também cansei de pedir fiscalização da EPTC. Generoso, mando recado, dou prazo. Estou exausto! Como exausto está o nosso povo. Portanto, não tem conciliação, vai ter que ter ônibus na hora, vai ter que ter lotação transversal, vai ter que funcionar. E o povo merece respeito, dignidade da pessoa humana é a meta.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, seguindo o raciocínio do Ver. Adeli Sell, olhem como a nossa Casa caminha na questão do transporte de passageiros. Todos os dias de manhã e no final da tarde, nós acompanhamos, pelas emissoras de rádio de Porto Alegre, através das redes de televisão e dos nossos telefones celulares, as informações do trânsito. Nós ouvimos que todas as principais avenidas de Porto Alegre ficam engarrafadas. Nosso sistema de transporte é caótico, e não é de agora: ele é assim há algumas décadas, com o mesmo modal. A gente fala em metrô, tem BRT, mas o sistema de transportes teve um projeto que a Cidade abandonou, um projeto que teve seu nome no Governo Collares; depois, no Governo Fogaça, houve um projeto sério recuperando o que o Collares fez, os Portais da Cidade, um projeto moderno, que Florianópolis e Curitiba adotaram: lá, as pessoas andam com tranquilidade, com segurança e se locomovem com facilidade, vão rápido para suas casas, fazem a transversalidade, fazem o transbordo rápido nesse transporte. Nós falamos em dois tipos de transporte, o metrô e o BRT, que em Porto Alegre, por diversas vezes, demonstrei aqui na Câmara, que não vai funcionar bem.

O sistema implantado nas cidades do Brasil e da América Latina funcionam com recuo. O ônibus vem, entra no recuo, e o ônibus de trás passa. Nós não temos o recuo, então vão ser aquelas filas intermináveis que nós já temos hoje, com a exceção de que serão grandes ônibus – nós temos alguns, que se chamam terminais, mas seriam os Portais da Cidade –, seria o que nós temos lá na Bento Gonçalves com a Antônio de Carvalho, temos na Cairu, temos no Triângulo da Assis Brasil: os Portais, que funcionariam com o

BRT, e lá eles fariam o transbordo das pessoas para os seus bairros. Isso funcionaria em Porto Alegre, e não se aplica, não sei por quê, um sistema inteligente, um sistema que foi vitorioso nas eleições, mas fica se falando em metrô, numa cidade que é água ou rocha, e na qual se gastariam fortunas para fazer um sistema de metrô. Fortunas!

Nós temos um sistema de transporte que já foi comprovado que funciona na nossa Cidade, e as pessoas ficam 40 minutos esperando um ônibus e geralmente em pé, dentro de um sistema de ônibus de Porto Alegre. Eu acho que falta muita vontade política para implementar este sistema de transporte em Porto Alegre. Nós vamos estar juntos para melhorar este sistema de transporte em Porto Alegre. O nosso povo não pode mais sofrer esperando um ônibus na cidade de Porto Alegre. Aí a gente fala em liberar mais 6 mil carros em Porto Alegre para engarrafar a Cidade.

Nós temos 4,9 mil táxis, e a gente quer liberar mais 6 mil carros, que é o que tem hoje em dia. Isso que nós temos só dois aplicativos funcionando, e estão para vir mais três aplicativos para funcionar. E a gente fala em ter uma cidade mais humana. A gente fala no Estatuto do Transporte que privilegia o transporte coletivo. É tanta incoerência, é tanta dificuldade de falar. Fala uma coisa, e a prática é outra. Vamos privilegiar o transporte coletivo. Vamos investir no transporte coletivo, e, ao mesmo tempo, estamos investindo no transporte individual de passageiros com rótulo de carona, mas ninguém usa a carona, todo o mundo usa o seu transporte individual.

Então, temos que refletir muito bem no anseio que nós temos de ampliar o número de transporte individual de passageiros em Porto Alegre, de ampliar cada vez mais a individualidade no transporte em Porto Alegre. Pregamos o transporte em massa, mas, na verdade, estamos liberando o transporte individual, cada vez mais, na cidade de Porto Alegre em ruas que são as mesmas de cem anos atrás. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Socias Villela): Obrigado, Ver. Cláudio Janta.

O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. Pela ordem, seria minha vez de usar o tempo em Comunicações, eu também desisto. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h.)